

Quem sai antes perde o vínculo

A PARTIR de agora, o trabalhador que optar pela aposentadoria proporcional, concedida aos homens depois de 30 anos de trabalho e às mulheres após 25 anos terá extinto, automaticamente, o vínculo empregatício. A medida, proposta pelo Ministério da Previdência Social, faz parte do ajuste fiscal anunciado ontem pelo governo e que promove um verdadeiro enxugamento nas contas do Executivo. No setor público, a economia está estimada em R\$ 100 milhões. A Previdência Social não tem a estimativa do impacto da medida no setor privado.

A extinção do vínculo empregatício já tinha sido tentada pelo governo meses atrás mas. Devido à forte rejeição das centrais sindicais, o Palácio do Planalto optou por retirar a proposta da medida provisória. No setor público, a opção do trabalhador pela aposentadoria proporcional implicará na perda do emprego já que, para ter novo posto de trabalho, será preciso se submeter a um concurso público. No setor privado, a medida pode não ter tanto impacto assim, pois nada impede que o empregador faça novo contrato de trabalho.

O governo também definiu um prazo de três meses para revisar os benefícios assistenciais, concedidos aos idosos com mais de 70 anos e aos deficientes físicos. O Ministério da Previdência Social já tinha constatado fraudes na concessão desses benefícios, especialmente na identificação de incapacidade física. Para diminuir os gastos com a concessão deste tipo de benefício, que hoje já consome R\$ 800 milhões por ano, o governo resolveu intensificar o processo de identificação das fraudes, que vem dando um resultado além das estimativas do INSS. Para que este trabalho possa ser feito, a concessão de novos benefícios assistenciais também ficam suspensos por um período de três meses.

Outra novidade, que busca segurar um pouco o pagamento dos benefícios assistenciais, é a que mantém a idade de 70 anos para o idoso ter direito a um salário mínimo por mês. A lei que regulamentou a concessão do benefício previa que a idade mínima de 70 anos seria reduzida, no próximo ano, para 68 anos, ficando em 65 anos no ano 2.000.